

ATA DA REUNIÃO DO FÓRUM MATO-GROSSENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC) realizou no dia 07 de abril, às 14:00 horas, no Auditório do Parque Massairo Okamura, em Cuiabá, a primeira reunião do ano de 2015. A reunião contou com a presença da Secretária Executiva do FMMC e Secretária de Estado do Meio Ambiente, Ana Luiza Avila Peterlini de Souza, com Alice Thuault -Coordenadora da Iniciativa Transparência Florestal - Instituto Centro de Vida – ICV; Tiago Reis Pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Colleen Scanlan Lyons, Diretora de Projetos do Secretariado do GCF; Luiza Lima da Coordenação do GCF no Brasil; e representantes das seguintes Instituições: SES-MT, SECITEC-MT, SEDEC-MT, Casa Militar Assessoria Relações Internacionais de Mato Grosso, IPAM, ICV, Ação Verde, FAMATO, OAB-MT, MPE-MT, CIPEM, INAE, FETAGRI, AREFLORESTA , bem como, técnicos de diversas coordenadorias da SEMA-MT.

Dando boas vindas, a Secretária Ana Luiza Peterlini fala da importância do Fórum, sendo um palco para discussão sobre as mudanças climáticas com as instituições da sociedade mato-grossense e que embora Mato Grosso tenha contribuído com as emissões dos GEE por consequência do desmatamento, atualmente vem fazendo esforços para diminuir as queimadas e o desmatamento, pois somente as ações de comando e controle não são suficientes para conter o desmatamento. Fala que o homem vem influenciando na mudança do clima sendo este o responsável em reverter este processo e que Mato Grosso sempre esteve na vanguarda na gestão ambiental e vem trabalhando para valorizar as florestas e estabelecendo parcerias citando o GCF, ICV, IPAM entre outras. Agradece a presença de todos e passa a palavra para Maurício Philipp, Coordenador de Mudanças Climáticas da SEMA, que apresenta o histórico do Fórum.

Maurício relembra da criação do FMMC em 2009 e destaca que embora não seja deliberativo, tem apresentado várias propostas que vão de encontro a mitigação das emissões de GEE em Mato Grosso. Atualmente é composto por 38 instituições de diversos segmentos. Devido principalmente a deficitária logística o setor menos mobilizado é o dos povos indígenas.

Lembra que vários eventos foram realizados ao longo desses anos, das reuniões, dos debates e contribuições que enriqueceram a construção das leis de REDD+ e a minuta da Política de Mudanças Climáticas do Estado e do processo de construção e aprendizagem destas leis. Comenta sobre os capítulos previstos na lei de REDD+/MT; os estudos realizados pela comunidade científica comprovando as mudanças climáticas; mostra o gráfico de desmatamento e da conquista na diminuição e redução das emissões de GEE no Estado, destacando que Mato Grosso ainda não recebeu recursos financeiros referentes a este esforço. Em seguida passa a palavra a representante do Instituto Centro de Vida, Alice Thuault.

Alice inicia destacando o conceito de Salvaguardas para REDD+. Lembra do processo histórico de Salvaguardas que iniciou em Mato Grosso com o projeto Polo-Noroeste o qual trouxe problemas para as comunidades tradicionais e indígenas. Diante disto o Banco Mundial passou a fazer exigências de forma a evitar danos e garantir benefícios a estas comunidades. Fala que Mato Grosso tem todos os elementos, como: a Lei de REDD+, formação de Conselho Gestor, equipe técnica e a construção dos indicadores de Salvaguardas para que os investidores possam apoiar os programas de REDD+. Fala do processo de construção dos Indicadores de Salvaguardas para REDD+ do Estado, e da escolha da iniciativa REDD+ SES como apoio nesta construção. Finaliza lembrando que se encontra no site da SEMA a Consulta Pública desses Indicadores para contribuições.

Em seguida o representante do Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM, Tiago Reis, fala sobre os principais pontos a serem discutidos na COP 21 que será realizada em Paris-França no final de 2015: Destaca sobre as Ambições Pré-2020 e as Ações Antecipadas – A falta de proposições concretas mostra a lacuna de ambições para a redução de emissões na COP de Lima e enfatiza que mesmo se todos os compromissos forem cumpridos até 2020, irá faltar cerca de 10 milhões de reduções, considerando que as reduções globais não deveriam ser maiores do que 44 bilhões de toneladas de CO₂eq e, além disso, muitos países que assumiram compromissos vem sinalizando que não irão cumpri-los, como por exemplo o caso do Japão. Fala que Brasil apresentou a proposta para que os países que apresentassem reduções de emissões adicionais aos compromissos assumidos fossem remunerados a fim de incentivar ações mais ambiciosas, porém esta proposta não foi aceita, mas apenas discutida. Quanto as Intenções de Contribuição Nacionalmente Determinadas (INDC) explica que o Brasil propôs diferenciação por círculos concêntricos, e ficou definido que os países não poderão apresentar na INDC compromisso menor ou igual ao o que

já assumiram diante da convenção. Em relação o prazo para entrega da Estratégia Nacional, formalmente está previsto para até 1º de outubro de 2015, porém espera-se que os países desenvolvidos entreguem até junho/2015. Fala sobre o principal mecanismo de financiamento das ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento que é o Fundo Verde do Clima (GCF) que recebeu até 2014 contribuições de 27 países com cerca de 10 bilhões de dólares, mas ainda está longe de alcançar a meta de 100 bilhões por ano. Recebeu também contribuições do México, Colômbia, Peru e Panamá, países esses que não tem compromisso de redução de emissões, mas estão dispostos a um maior engajamento no combate ao problema climático. Enfatiza que o mecanismo de REDD+ está consolidado pela convenção do clima. Responde algumas perguntas da plenária e em seguida passa a palavra a representante do GCF.

Colleen Scanlan Lyons, fala que o GCF está localizado no estado do Colorado-EUA, e que suas ações tem abordagem subnacional, tendo iniciado os trabalhos com 10 estados de forma alinhada, cada qual com sua especificidade. Fala que os funcionários públicos e a sociedade civil mantem a solidez do programa GCF e que mesmo com a mudança de governo, Mato Grosso continua reduzindo o desmatamento e as emissões e mantendo a liderança na produtividade. Destaca que o GCF investe em capacitação de técnicos dos estados com apoio de recursos de instituições doadoras e atualmente estão em negociação com outros fundos para captação de novos recursos.

Passa a palavra para a representante do GCF no Brasil, Luiza Lima que fala que Mato Grosso é um dos estados, que compõe o GCF, mais avançado na construção do Sistema de REDD+ e que os outros estados da Amazônia Legal também vêm se fortalecendo nesta construção. Fala que o planejamento estratégico para o período 2014-2020 contempla ações de capacitação, políticas e articulações, comunicação, captação de recursos e governança. Dentre os objetivos para 2015, o GCF deverá buscar maior engajamento dos Governadores da região Amazônica. Em seguida pede para Elaine Corsini, Secretária Adjunta de Mudanças Climáticas da SEMA fazer breve retrospectiva da reunião anual do GCF em 2014 que ocorreu no estado do Acre e posteriormente comenta que a Reunião Anual de 2015 será entre os dia 15 a 18 de junho em Barcelona, Catalunha – Espanha.

Após as apresentações, perguntas e discussões, Maurício Philipp passa então, a proposta de Agenda das reuniões ordinárias do FMMC/2015, que foi apresentada e aprovada por unanimidade pelas instituições presentes, conforme apresentado abaixo:

**CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS
FMMC/2015**

Reuniões Ordinárias - 2015	
1ª - Reunião	07 de Abril
2ª- Reunião	30 de Junho
3ª- Reunião	01 de Setembro
4ª- Reunião	24 de Novembro

Nada mais havendo a discutir o Sr. Maurício agradece a presença de todos e encerra a reunião. As técnicas da SEMA Alcilene Freitas e Elisa França lavram a presente Ata.